COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

CNPJ Nº 08.976.022/0001-01
NIRE Nº 42 3 0003519-0
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 05.07.2007 e sediada no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), a CEE detém uma participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), criado em 05.11.2002, para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito ("UHE Estreito" ou "Usina").

Os demais consorciados do Ceste são: Vale S.A. (30,00%), Estreito Energia S.A. (25,49%) - empresa do Grupo Alcoa -, e a Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%). A liderança do consórcio é exercida pela CEE.

A Usina está localizada no Rio Tocantins, na divisa dos estados de Tocantins (TO) e Maranhão (MA), e tem capacidade instalada de 1.087,0 MW e energia assegurada de 641,1 MW médios.

A concessão da UHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas na proporção de suas respectivas participações no consórcio.

A parcela de energia que a CEE faz jus por sua participação no Ceste, correspondente a 256,9 MW médios, foi vendida em outubro de 2007 no 5º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, iniciado em janeiro de 2012, para empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

2. Controle Acionário

A CEE é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("EBE'), uma empresa sediada em Florianópolis, cujos principais eixos de atuação são a geração e a comercialização de energia. Para isso, implanta e opera empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como hidrelétricas e termelétricas, além de pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas. Em complemento, compra e vende energia convencional e incentivada, mantendo clientes em todo o País. O ano de 2017 marcou o ingresso na ENGIE Brasil Energia em um novo segmento do setor elétrico, o de transmissão de energia.

3. Ambiente Macroeconômico

Após dois anos consecutivos de desaceleração, a economia brasileira deu sinais de retomada em 2017. Embora modestos, tais sinais indicam potencial para um ambiente mais favorável aos negócios nos anos seguintes. No Boletim Focus publicado em 29 de dezembro de 2017, o Banco Central do Brasil registrou a expectativa de que Produto Interno Bruto (PIB) tenha avançado cerca de 1% em relação a 2016, ano em que a retração se aproximou de 3,5%.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2017 em 2,95% — ante 6,29% registrado no ano anterior[1]. A queda dos juros também favoreceu a melhoria do cenário. Ao longo do ano, a taxa Selic passou de 12,9% para 7,4% - seu menor patamar histórico. O dólar comercial registrou alta de 1,99% no ano, cotado a R$ 3,314 na venda.

Após três anos de queda, a produção industrial encerrou 2017 com crescimento de 2,5% — a maior alta de desempenho desde 2010[1]. Apesar da retomada, o desemprego ainda atingia 12,6 milhões de brasileiros no último trimestre do ano, taxa de 12%, praticamente estável em relação ao ano anterior.

4. Desempenho Operacional

Em 2017, a geração total bruta da UHE Estreito foi de 3.368,4 GWh, 1,5% inferior aos 3.419,0 GWh gerados em 2016.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 99,8%, em linha com o obtido no ano de 2016. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2017 foi de 97,0%, 0,9 p.p acima do registrado em 2016, de 96,1%.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2017	2016	Variação %
Receita líquida de vendas	479.169	443.628	8,0%
Lucro bruto	247.732	222.731	11,2%
Margem bruta	51,7%	50,2%	1,5 p.p.
Resultado do serviço (Ebit) [1]	246.888	221.955	11,2%
Ebitda (Lajida) [2]	347.088	322.009	7,8%
Margem Ebitda (Lajida) [3]	72,4%	72,6%	-0,2 p.p.
Depreciação e amortização	(100.200)	(100.054)	0,1%
Resultado financeiro	(83.772)	(103.275)	-18,9%
Lucro antes dos tributos (Lucro operacional)	163.116	118.680	37,4%
Lucro líquido do exercício	135.154	78.354	72,5%

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

O aumento da receita líquida de vendas reflete, principalmente, o reajuste do preço de venda pela inflação do período e o aumento da receita nas operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

No decorrer de 2017, a Companhia firmou contratos de compra de energia de custo prazo com as partes relacionadas EBE e Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda. ("Geramamoré"), com o propósito de gerenciamento de seu portfólio de energia. Estas operações, em conjunto com o aumento dos encargos de uso da rede elétrica e conexão, acarretaram em um incremento nos custos da energia vendida.

[1] Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A elevação do EBITDA do ano de 2017 foi reflexo, principalmente, do crescimento da receita, parcialmente atenuada pelo aumento dos custos da energia vendida.

O resultado financeiro apresentou decréscimo substancial, justificado, principalmente por: (i) decréscimo da variação monetária sobre financiamentos e concessões a pagar, visto a queda dos índices inflacionários; e (ii) reconhecimento em 2016 de montantes relativos a variação monetária sobre os valores a pagar na CCEE que estavam pendentes de pagamento em razão das liminares que impediam a CCEE de aplicar o *Generation Scaling* Factor – GSF.

Além das variações citadas, o aumento do lucro líquido também é decorrente da redução do imposto de renda e contribuição social correntes sobre o lucro, devido à concessão do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda em 2017.

6. Recursos Humanos

Ao final de 2017, o Ceste contava com 28 empregados, dois a mais que o número registrado ao final de 2016. A CEE não tem quadro de empregados.

7. Direitos dos Acionistas

O Estatuto Social da Companhia confere aos acionistas o direito de receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a até 95% do lucro líquido ajustado do exercício. No entanto, e em decorrência de contrato de financiamento, a parcela do dividendo e dos juros sobre o capital próprio superior a 25% do lucro líquido ajustado somente poderá ser distribuída com a prévia e expressa autorização do BNDES e dos demais agentes financeiros. Essa obrigação tem validade até que o financiamento para implantação do projeto da UHE Estreito e de seu respectivo sistema de transmissão seja integralmente quitado.

8. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2017.

9. Agradecimentos

A Administração da CEE agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2017.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	160.023	210.384
Contas a receber de clientes	5	66.470	79.924
Imposto de renda a recuperar	6	8.282	-
Depósitos vinculados	7	2.350	11
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	8	2.073	2.073
Outros ativos circulantes		5.101	1.783
		244.299	**294.175**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	7	60.244	62.065
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	8	29.544	31.617
Outros ativos não circulantes		87	135
		89.875	**93.817**
Imobilizado	9	**1.988.761**	**2.084.015**
Intangível	10	**34.254**	**36.057**
		2.112.890	**2.213.889**
TOTAL		**2.357.189**	**2.508.064**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	11	11.260	15.538
Dividendos	17	25.204	56.152
Financiamentos	12	98.431	100.509
Concessão a pagar	13	5.684	5.501
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.279	12.263
Provisões para compromissos socioambientais	15	5.014	6.486
Outros passivos circulantes		8.530	4.776
		155.402	**201.225**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	11	5.522	5.491
Financiamentos	12	986.478	1.069.519
Concessão a pagar	13	47.321	46.909
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	64.673	53.228
Provisões para compromissos socioambientais	15	18.720	21.870
Outros passivos não circulantes		12.192	9.042
		1.134.906	**1.206.059**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17**		
Capital social		920.380	920.380
Reserva de lucros		146.501	180.400
		1.066.881	**1.100.780**
TOTAL		**2.357.189**	**2.508.064**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**18**	**479.169**	**443.628**
Custo da energia vendida			
Energia elétrica comprada para revenda		(15.040)	(15.615)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(42.693)	(34.340)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(38.874)	(36.291)
Compensação financeira na utilização de recursos hídricos		(6.731)	(8.583)
Serviços de terceiros		(20.218)	(20.092)
Depreciação e amortização	9/10	(100.200)	(100.054)
Outros		(7.681)	(5.922)
		(231.437)	**(220.897)**
LUCRO BRUTO		**247.732**	**222.731**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas		(227)	(233)
Despesas gerais e administrativas		(672)	(615)
Outras receitas operacionais, líquidas		55	72
		(844)	**(776)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**246.888**	**221.955**
Resultado financeiro	**19**		
Receitas financeiras		26.930	29.755
Despesas financeiras		(110.702)	(133.030)
		(83.772)	**(103.275)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**163.116**	**118.680**
Corrente		(16.517)	(28.304)
Diferido		(11.445)	(12.022)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**135.154**	**78.354**

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucros				
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 01.01.2016		**920.380**	**8.029**	**-**	**112.626**	**-**	**1.041.035**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	78.354	78.354
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	3.918	-	-	(3.918)	-
- Dividendos		-	-	-	-	(18.609)	(18.609)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	55.827	(55.827)	-
SALDOS EM 31.12.2016	**17**	**920.380**	**11.947**	**-**	**168.453**	**-**	**1.100.780**
Dividendos intermediários		-	-	-	(143.849)	-	(143.849)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	135.154	135.154
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	6.758	-	-	(6.758)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	27.580	-	(27.580)	-
- Dividendos		-	-	-	-	(25.204)	(25.204)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	75.612	(75.612)	-
SALDOS EM 31.12.2017	**17**	**920.380**	**18.705**	**27.580**	**100.216**	**-**	**1.066.881**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

CNPJ nº 08.976.022/0001-01 | NIRE nº 42 3 0003519-0

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	163.116	118.680
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	100.200	100.054
Variação monetária	13.649	20.408
Juros	90.443	101.602
Constituição de provisões operacionais	1.257	718
Outros	27	-
Lucro ajustado	**368.692**	**341.462**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	14.316	(12.382)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(8.282)	3.604
Depósitos vinculados	(2.299)	(462)
Repactuação de risco hidrológico a aproriar	2.073	2.074
Outros ativos	(829)	26.233
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(4.247)	(50.077)
Outros passivos	5.633	2.147
Caixa gerado pelas operações	**375.057**	**312.599**
Pagamento de juros sobre financiamentos	(91.601)	(98.345)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(29.979)	(4.982)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**253.477**	**209.272**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(7.792)	(10.461)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(7.792)**	**(10.461)**
Atividades de financiamento		
Financiamentos pagos	(96.952)	(95.706)
Parcelas de concessão pagas	(5.959)	(5.682)
Dividendos pagos	(200.000)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	6.865	4.735
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(296.046)**	**(96.653)**
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(50.361)**	**102.158**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	210.384	108.226
Saldo final	160.023	210.384
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(50.361)**	**102.158**

Continua na próxima página

Continuação

Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Estimativa para desembolsos futuros para aplicação no imobilizado	(4.622)	(6.406)
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(2.466)	(11.198)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC).

Constituída em 05.07.2007, tem como objetivo: (i) realizar estudos, projetos, construção, financiamento e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, observadas as formalidades legais; (ii) gerar, comercializar e distribuir qualquer tipo de energia, observadas as formalidades legais; (iii) participar e/ou controlar, como sócio, quotista ou acionista, de outras empresas do setor energético ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associações de empresas; e (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior e prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia participa do Consórcio Estreito Energia ("Ceste") na proporção de 40,07%, criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito ("UHE Estreito"). Também são consorciadas a Vale S.A. (30%), a Estreito Energia S.A. (25,49%) - empresa do Grupo Alcoa - e a Intercement Brasil S.A. - entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%).

A UHE Estreito está localizada na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão e possui capacidade instalada total de 1.087,0 MW[2], sendo 435,6 MW pertencentes à CEE. O prazo da concessão é de 35 anos, sendo seu vencimento em 26.11.2037. A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada diretamente pelas Consorciadas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 22.03.2018.

[2]As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, número de funcionários, entre outras, não são examinadas pelos auditores independentes.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios sociais apresentados.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado, deduzidas das provisões para crédito de liquidação duvidosa. Essas provisões são reconhecidas quando há expectativa de perda no valor recuperável e constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir os prováveis riscos de perda.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.5) Concessão a pagar

É registrada inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente das obrigações contratadas.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão da usina. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, considerando a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 9 – Imobilizado.

c) Intangível

Os intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais e no contrato de concessão.

d) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não serão recuperados através de suas operações futuras.

e) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição e as demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados., as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre essa receita.

i) Operações controladas em conjunto

A CEE detém uma participação de 40,07% no Ceste para a implantação e exploração da UHE Estreito. Desta forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não sendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, a definição da vida vida útil do ativo imobilizado. A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens – limitadas ao prazo da concessão. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora.

k) Novas normas, alterações e interpretações

k.1) Aplicáveis às demonstrações contábeis de 31.12.2017

As normas internacionais de relatórios financeiros novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciados em ou após 01.01.2017, foram adotadas nas demonstrações contábeis e não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores divulgados para o período:

- Alterações à IAS 7 (CPC 03): Iniciativa de divulgação;

- Alterações à IAS 12 (CPC 32): Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar; e

- Melhorias anuais: Ciclo de IFRS 2014-2016.

k.2) Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas

A partir do exercício iniciado em 01.01.2018, os pronunciamentos contábeis CPC 47 – Receita de contratos com clientes (IFRS 15) e CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) tornam-se efetivos. A Companhia não adotou essas normas nessas demonstrações contábeis e, portanto, não irá adotar tais normas de forma antecipada.

- CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita.

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, *impairment*, contabilidade de *hedge* e reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A partir de 01.01.2019 estará vigente a seguinte norma, a qual não foi adotada nessas demonstrações contábeis e não será adotada antecipadamente:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil: introduz exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma estabelece o reconhecimento pelo arrendatário dos ativos e dos passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o seu prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo se manter a classificação dos contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17 – norma internacional equivalente.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos anteriormente referidos, porém, não espera efeitos significativos em suas demonstrações contábeis com a adoção dos novos pronunciamentos, quando aplicáveis.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e depósitos bancários à vista	**2.307**	**1.626**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	157.716	208.758
	160.023	**210.384**

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2017	31.12.2016
Distribuidoras	58.956	58.747
Transações realizadas na CCEE[3]	7.531	21.194
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(17)	(17)
	66.470	**79.924**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 31 dias da data de competência do faturamento.

NOTA 6 – IMPOSTO DE RENDA A RECUPERAR

Em junho de 2017, foi concedido à Companhia o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda de forma retroativa a janeiro do mesmo ano. Este benefício fiscal destina-se a unidades produtoras localizadas em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. O prazo de fruição do benefício é de 10 anos, contados a partir do ano de início de sua fruição. O valor de R$ 8.282, em 31.12.2017, refere-se, principalmente, a montantes a compensar de imposto de renda pago sem considerar o benefício concedido nos meses de janeiro a maio de 2017.

[3] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

NOTA 7 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	31.12.2017	31.12.2016
Garantias de financiamento	54.722	56.574
Garantias de posição devedora na CCEE	2.350	11
Outros	5.522	5.491
	62.594	**62.076**
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	2.350	11
Ativo não circulante	60.244	62.065
	62.594	**62.076**

As garantias de financiamento referem-se, principalmente, ao valor aplicado em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

NOTA 8 – REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO A APROPRIAR

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e na Resolução Normativa nº 684/2015, em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Como condição para a adesão ao referido Acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impeça a aplicação direta do mecanismo do GSF.

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumiram o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que será compensado com os prêmios de risco calculados a valor presente devidos pela Companhia.

	Valor
Saldos em 01.01.2016	**35.764**
Amortização do prêmio de risco	(2.074)
Saldos em 31.12.2016	**33.690**
Amortização do prêmio de risco	(2.073)
Saldos em 31.12.2017	**31.617**

a) Expectativa de realização

Ano	Valor
2018	2.073
2019	2.073
2020	2.073
2021	2.073
2022	2.073
2023	2.073
2024 a 2028	10.366
2029 em diante	8.813
	31.617

NOTA 9 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2017			31.12.2016
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,8	1.679.109	(380.182)	1.298.927	1.360.671
Máquinas e equipamentos	3,9	849.372	(187.481)	661.891	692.480
Edificações e benfeitorias	3,8	32.587	(7.196)	25.391	26.624
Veículos	14,3	471	(240)	231	325
Móveis e utensílios	6,3	207	(30)	177	143
		2.561.746	**(575.129)**	**1.986.617**	**2.080.243**
Em curso		**2.144**	**-**	**2.144**	**3.772**
		2.563.890	**(575.129)**	**1.988.761**	**2.084.015**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 01.01.2016	**1.423.257**	**723.078**	**27.431**	**309**	**4.113**	**2.178.188**
Ingressos	-	-	-	-	4.055	4.055
Transferências	1.046	2.698	419	233	(4.396)	-
Depreciação	(63.632)	(33.296)	(1.226)	(74)	-	(98.228)
Saldos em 31.12.2016	**1.360.671**	**692.480**	**26.624**	**468**	**3.772**	**2.084.015**
Ingressos	-	-	-	-	3.142	3.142
Transferências	1.918	2.831	-	21	(4.770)	-
Baixas	-	(27)	-	-	-	(27)
Depreciação	(63.662)	(33.393)	(1.233)	(81)	-	(98.369)
Saldos em 31.12.2017	**1.298.927**	**661.891**	**25.391**	**408**	**2.144**	**1.988.761**

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há garantia de indenização pelo Poder concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Dessa forma, a Companhia deprecia esses ativos com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade de renovação dessa concessão.

d) Concessão para exploração de energia elétrica

O Consórcio Estreito, do qual a Companhia faz parte, é detentor da concessão para exploração de energia elétrica da UHE Estreito, com capacidade instalada de 1.087 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 26.11.2002.

e) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 10 – INTANGÍVEL

a) Composição

		31.12.2017			31.12.2016
	Taxa média de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de concessão	4,1	43.129	(10.272)	32.857	34.610
Direito de uso de servidão	3,9	24.626	(23.229)	1.397	1.447
		67.755	**(33.501)**	**34.254**	**36.057**

b) Mutação do ativo intangível

	Valor
Saldos em 01.01.2016	**37.883**
Amortização	(1.826)
Saldos em 31.12.2016	**36.057**
Ingresso	28
Amortização	(1.831)
Saldos em 31.12.2017	**34.254**

NOTA 11 – FORNECEDORES

	31.12.2017	31.12.2016
Energia elétrica comprada para revenda	3.861	8.057
Fornecedores de materiais e serviços	9.148	9.180
Encargos de uso da rede elétrica	3.773	3.792
	16.782	**21.029**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	11.260	15.538
Passivo não circulante	5.522	5.491
	16.782	**21.029**

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS

a) Composição

	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	59.665	587.644	647.309	62.017	638.242	700.259
Repasse BNDES[4]	38.766	398.834	437.600	38.492	431.277	469.769
	98.431	**986.478**	**1.084.909**	**100.509**	**1.069.519**	**1.170.028**

b) Mutação dos financiamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01.01.2016	**99.459**	**1.149.369**	**1.248.828**
Juros no resultado	97.996	-	97.996
Variações monetárias no resultado	1.422	15.833	17.255
Transferências	95.683	(95.683)	-
Amortização de principal	(95.706)	-	(95.706)
Amortização de juros	(98.345)	-	(98.345)
Saldos em 31.12.2016	**100.509**	**1.069.519**	**1.170.028**
Juros no resultado	91.286	-	91.286
Variações monetárias no resultado	1.076	11.072	12.148
Transferências	94.113	(94.113)	-
Amortização de principal	(96.952)	-	(96.952)
Amortização de juros	(91.601)	-	(91.601)
Saldos em 31.12.2017	**98.431**	**986.478**	**1.084.909**

[4] Os bancos – Repasse BNDES – são Itaú, Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Votorantim.

c) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

Ano	Valor
2019	91.765
2020	91.765
2021	91.765
2022	91.765
2023	91.765
2024 a 2029	527.653
Financiamentos	**986.478**

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. [(a)]	09.2029	Mensais
BNDES (Crédito Social)	TJLP	06.2018	Mensais
Bancos (Repasse BNDES)	TJLP + 2,95% a.a. [(a)]	09.2029	Mensais

[(a)] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

e) Garantias

As garantias dos financiamentos são: (i) penhor de direitos emergentes da concessão; (ii) penhor das ações da Companhia; (iii) conta reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do contrato de operação e manutenção do projeto; (iv) carta de fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia; e (v) o penhor dos dividendos a serem pagos pela ENGIE Brasil Energia à ENGIE Brasil Participações Ltda.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

O compromisso estabelecido no contrato de financiamento com o BNDES corresponde ao Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,2, o qual está sendo cumprido.

NOTA 13 – CONCESSÃO A PAGAR

A Companhia possui contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na UHE Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para a concessão a pagar foi de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da concessão. As obrigações são atualizadas anualmente pelo IPCA.

Os valores nominais e atualizados, em 31.12.2017, são os que seguem:

	Valor original		Valor atualizado	
Usinas e anos de pagamento	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Até 31.12.2037	1.960	39.368	5.962	119.106

a) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01.01.2016	**5.184**	**44.787**	**49.971**
Juros no resultado	-	4.968	4.968
Variações monetárias no resultado	-	3.153	3.153
Transferências	5.999	(5.999)	-
Amortizações	(5.682)	-	(5.682)
Saldos em 31.12.2016	**5.501**	**46.909**	**52.410**
Juros no resultado	-	5.053	5.053
Variações monetárias no resultado	-	1.501	1.501
Transferências	6.142	(6.142)	-
Amortizações	(5.959)	-	(5.959)
Saldos em 31.12.2017	**5.684**	**47.321**	**53.005**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

Ano	Valor
2019	5.137
2020	4.669
2021	4.244
2022	3.859
2023	3.508
2024 a 2028	13.295
2029 a 2033	8.252
2034 a 2038	4.357
Financiamentos	**47.321**

NOTA 14 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP e do IPCA, em decorrência dos saldos totais de financiamentos, no montante de R$ 1.084.909, em 31.12.2017, e concessão a pagar, cujo saldo em 31.12.2017 é de R$ 53.005, respectivamente.

De acordo com a análise de sensibilidade preparada pela Companhia, para cada 1,7 p.p. de aumento na TJLP e 0,9 p.p. de aumento no IPCA, os juros sobre os financiamentos e a variação monetária sobre a concessão a pagar seriam elevados em R$ 16.923 e R$ 504, respectivamente.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação e IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar seus compromissos é praticamente nulo. Adicionalmente, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

d) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas a ele.

Ainda com o objetivo de reduzir este risco, em dezembro de 2015, a Companhia aderiu ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo às usinas cuja energia estava vendida no ACR. Para maiores informações, vide Nota 8 – Repactuação de risco hidrológico a apropriar.

A garantia física da Usina é de 641,1 MW médios, sendo 256,9 MW médios pertencentes à CEE. No acordo retromencionado foram repactuados 247,1 MW médios, dos quais 224,9 MW médios (91%) estão protegidos do risco hidrológico.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS

Registra os compromissos socioambientais estabelecidos nas condicionantes estabelecidas nas licenças de instalação e operação da Usina. O saldo das provisões em 31.12.2017 é de R$ 23.734 (R$ 28.356 em 31.12.2016).

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	31.12.2017				31.12.2016
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IR**	**CS**	**Total**	**Total**
Passivo:					
Depreciação acelerada	192.868	48.217	17.358	65.575	53.673
Ativo:					
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	2.637	659	237	896	438
Outros	17	4	2	6	7
		663	**239**	**902**	**445**
Valor líquido		**47.554**	**17.119**	**64.673**	**53.228**

b) Expectativa de realização e de exigibilidade

	Ativo	**Passivo**
2019	83	-
2020	803	-
2021	16	-
2024 a 2028	-	23.420
2029 a 2033	-	23.420
2034 em diante	-	18.735
	902	**65.575**

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2017 e 31.12.2016, é de R$ 920.380, representado por 920.380.416 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 920.380.411 pertencentes à ENGIE Brasil Energia S.A. (“EBE”) e 5 de propriedade da ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (“ECP”).

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. A referida reserva somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2017, o valor de R$ 75.612 (R$ 55.827 em 31.12.2016) foi destinado a essa reserva para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia.

b.3) Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício.

c) Dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a até 95% do lucro líquido ajustado do exercício. No entanto, em decorrência do financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá realizar a distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido ajustado sem autorização do BNDES. Essa obrigação será válida até a quitação integral do financiamento.

Em 04.09.2017, o BNDES anuiu a distribuição de dividendos até o limite de R$ 200.000. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11.09.2017, foi aprovada a destinação de parte da reserva de lucros, no montante de R$ 143.849 e, subsequentemente, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no montante total de R$ 200.000.

A Companhia está propondo a distribuição de dividendos no valor de R$ 25.204, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de 2017.

	31.12.2017	31.12.2016
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	135.154	78.354
Reserva legal	(6.758)	(3.918)
Reserva de incentivos fiscais	(27.580)	-
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**100.816**	**74.436**
Dividendos (25% do lucro líquido ajustado)	**25.204**	**18.609**
Percentual do lucro líquido ajustado	**25%**	**25%**

NOTA 18 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 – Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	500.337	471.552
Transações no mercado de curto prazo	31.305	20.860
	531.642	**492.412**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(49.173)	(45.548)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.300)	(3.236)
	(52.473)	**(48.784)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**479.169**	**443.628**

NOTA 19 – RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	20.988	19.822
Renda de depósitos vinculados	5.040	6.853
Juros sobre valores a receber	882	3.026
Outras receitas financeiras	20	54
	26.930	**29.755**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária		
Financiamentos	103.434	115.251
Concessão a pagar	6.554	8.121
Transações no âmbito da CCEE	-	8.517
Outros	26	-
Outras despesas financeiras	688	1.141
	110.702	**133.030**
Despesas financeiras, líquidas	**83.772**	**103.275**

NOTA 20 – SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2018 e o valor da cobertura é de R$ 1.164.168, relativa a danos materiais.

NOTA 21 – COMPROMISSO DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Em 31.12.2017, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 323 (R$ 329 em 31.12.2016).

b) Contrato de uso do sistema de transmissão

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS) para o uso do sistema de transmissão, cuja vigência é pelo prazo da concessão ou a extinção das empresas transmissoras, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2017, o saldo a realizar do contrato é de R$ 824.936 (R$ 859.926 em 31.12.2016).

c) Contrato de venda de energia

A Companhia participou do 5º Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2007, no qual foi vendido para as distribuidoras de energia elétrica que participam do ACR, durante 30 anos, a partir de 01.01.2012, 256 MW médios. Em 31.12.2017, o saldo remanescente do contrato é de R$ 12.203.616 (R$ 12.284.379 em 31.12.2016).

d) Repactuação do risco hidrológico

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no ACR. Esta repactuação se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pela Companhia.

Com base no novo patamar de risco definido, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que vem sendo compensado com os prêmios de risco devidos pela Companhia, calculados a valor presente. Os pagamentos futuros estimados desses prêmios de risco, após a compensação dos referidos montantes, em 31.12.2017, é de R$ 24.561 (R$ 23.896 em 31.12.2016).

NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2017 e 31.12.2016 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora direta ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, abaixo descrita.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	PASSIVO		
	Fornecedor		
	Energia	Outros	Dividendos
31.12.2017			
EBE	-	-	25.204
EBC[5]	3.860	70	-
	3.860	**70**	**25.204**
31.12.2016	**2.896**	**-**	**56.151**

	Receita	Custo	Despesa	
	Suprimento de energia	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras
31.12.2017				
EBC	10.565	15.040	-	-
EBE	-	1.137	8.326	-
Geramamoré[6]	-	19.512	-	-
Ferrari[7]	2.068	-	-	-
	12.633	**35.689**	**8.326**	**-**
31.12.2016	**-**	**15.615**	**7.867**	**5.315**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) compra e venda de energia; e (ii) serviços de operação e manutenção da usina. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

[5] ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.
[6] Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda.
[7] Ferrari Termoelétrica S.A.

c) Compra e venda de energia

A CEE possui contrato de compra de energia com a EBC, com o objetivo de recompor as perdas que ocorrem desde a geração até a interligação com o Sistema Interligado Nacional (SIN), no montante de 9 MW médios, cuja vigência é de 01.01.2012 a 31.12.2041 e a atualização se dá pelo IPCA. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2017 é de R$ 413.654.

Cabe ressaltar, que no decorrer de 2017, a Companhia firmou contratos de compra de energia de curto prazo com partes relacionadas, com o propósito de gerenciamento de seu portfólio de energia. Estes contratos foram realizados em condições e por preços condizentes aos praticados no mercado.

d) Operação e manutenção

A Companhia, por intermédio do Ceste, possui contrato com a ENGIE Brasil Energia, para serviços de operação e manutenção da UHE Estreito, com término em 28.04.2025, através do qual a ENGIE Brasil Energia se obriga a operar e efetuar as manutenções dos ativos do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base em um mix dos índices IPCA (20%) e INPC (80%) e o saldo dos compromissos futuros, em 31.12.2017, é de R$ 185.523 (R$ 207.100 em 31.12.2016).

e) Garantias

A controladora ENGIE Brasil Energia é interveniente nos contratos de financiamento firmados pela Companhia com o BNDES e Bancos (Repasse BNDES), cedendo como garantia a totalidade das ações de emissão da CEE de sua propriedade. O valor total da dívida, em 31.12.2017, é R$ 1.084.909 (R$ 1.170.028 em 31.12.2016). Também relativo à este contrato de financiamento, a controladora emitiu carta fiança, na qualidade de devedor solidário e principal pagador de todas as obrigações decorrentes do contrato.

f) Avais e fianças

A Companhia tem sua controladora, ENGIE Brasil Energia, como avalista no contrato de Custo do Uso do Sistema de Transmissão (CUST) com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), no valor de R$ 6.874, com vencimento em 31.08.2018.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2017, da Companhia Energética Estreito)

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Presidente

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Técnico-Operacional

Carlos Henrique Boquimpani de Freitas
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 - salas 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Estreito
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Estreito ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Estreito em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Os valores relativos às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 3 de março de 2017, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

©2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Deloitte.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados

Deloitte.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 22 de março de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S L G
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC 1 PR 050422/O-3

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados